

## RELAÇÕES DE FORÇA E RELAÇÕES DE SENTIDO: MICHEL FOUCAULT E PAUL RICOEUR REVOLUCIONAM A HISTORIOGRAFIA<sup>1</sup>

Mestrando Breno Mendes  
Universidade Federal de Minas Gerais  
E-mail: [mendes.breno@gmail.com](mailto:mendes.breno@gmail.com)

### RESUMO

Exposição, discussão e comparação dos textos *Foucault revoluciona a história*, de Paul Veyne e *Paul Ricoeur revoluciona a história* de François Dosse. Busca-se apontar as principais características destas revoluções e qual seria o caráter de cada uma: continuidade ou ruptura? Investiga-se também em que medida os filósofos Michel Foucault e Paul Ricoeur contribuíram para uma retomada do diálogo entre filósofos e historiadores e o que teriam deixado como legado à Historiografia contemporânea.

**Palavras-chave:** Michel Foucault; Paul Ricoeur; Revolução; Filosofia da História; Historiografia Contemporânea.

### RÉSUMÉ

L'exposition, la discussion et la comparaison des textes *Foucault révolutionne l'histoire*, de Paul Veyne et *Paul Ricoeur révolutionne l'histoire*, de François Dosse. On cherche à montrer les principales caractéristiques de ces révolutions et quel serait le caractère de chacune : continuité ou rupture? On recherche aussi dans quelle mesure les philosophes Michel Foucault et Paul Ricoeur ont contribué à reprendre le dialogue entre les philosophes et les historiens et ce qu'ils auraient laissé comme legs à L'historiographie contemporaine.

**Mots-clés:** Michel Foucault; Paul Ricoeur; Révolution; Philosophie de l'histoire; Historiographie Contemporaine.

---

<sup>1</sup> Gostaria de expressar aqui meus agradecimentos ao professor José Carlos Reis pela leitura e pelas observações feitas a respeito de uma versão preliminar e reduzida deste texto que foi apresentada como trabalho final à disciplina "Clássicos da Teoria da História Contemporânea: 'A arqueologia do saber' Michel Foucault e 'A memória, a história, o esquecimento', Paul Ricoeur",

## **Introdução: da Revolução**

Revolução é um dos temas mais caros aos estudos históricos. Em torno dele as interpretações são múltiplas. O campo ao qual ele se aplica não é menos plural. A princípio, o conceito de revolução era empregado no campo astronômico. Copérnico designava com este termo o movimento cíclico dos astros no retorno ao seu ponto de partida. No campo político as aplicações são diversas: Revolução Inglesa, Revolução Americana, Revolução Francesa, Revolução Mexicana, Revolução Russa, Revolução de 1930, Revolução Cubana etc. Alexandre Koyré e Thomas Kuhn se notabilizaram pela extensão da noção de revolução ao campo da historiografia da ciência<sup>1</sup> (ARENDR, 1988, KUHN, 2007). Não é de se espantar, portanto, que o termo tenha sido aplicado à Teoria da História<sup>2</sup> em dois famosos artigos: *Foucault revoluciona a história* [1978] e, *Paul Ricoeur revoluciona a história* [1995], escrita respectivamente pelos historiadores Paul Veyne e François Dosse.

No presente texto nos deteremos na investigação da extensão deste termo à Teoria da História tomando como ponto de partida os textos supracitados. Com efeito, será que a revolução historiográfica apontada por Veyne e Dosse tem o mesmo caráter? Será que a própria palavra “revolução” tem o mesmo sentido em ambos os textos? Qual é o núcleo destas revoluções? Não deixa de ser instigante que ambos os textos apontem filósofos como autores que revolucionaram a história da historiografia, o que nos motiva a começar nossa exposição abordando, de maneira breve, a relação entre História e Filosofia, sobretudo no contexto francês do século XX.

## **A relação entre História e Filosofia: um diálogo de surdos?**

---

<sup>1</sup> “Consideramos revoluções científicas aqueles episódios de desenvolvimento não-cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior.” (KUHN, 2007, p.125).

<sup>2</sup> Outro historiador que aplicou o termo revolução à Teoria da História foi Peter Burke ao referir-se à Escola dos *Annales*. Ele chega mesmo a denominar de Antigo Regime a produção historiográfica do século XIX com a qual os *Annales* pretendiam romper. “Lucien Febvre e Marc Bloch foram os líderes do que pode ser denominado Revolução Francesa da Historiografia. Para interpretar as ações dos revolucionários, contudo é necessário conhecer alguma coisa do antigo regime que desejavam derrubar” (BURKE, 1997, p. 17).

O diálogo entre historiadores e filósofos tem se mostrado historicamente ambíguo. É freqüente encontrarmos queixas em ambas as frentes. Por um lado, os filósofos reclamam da incipiente ou inexistente reflexão teórica e filosófica dos historiadores em relação a questões inerentes a seu ofício, tais como, a subjetividade do historiador, os conceitos de verdade, necessidade, causalidade e sentido em história. Por outro, os historiadores criticam as reflexões realizadas pelos filósofos sobre a História porque além de apresentarem uma dimensão normativa e prescritiva, elas estariam distantes das questões e dificuldades encontradas na prática da pesquisa histórica (CHARTIER, 1990, MITRE, 2003).

Certamente, um dos principais estopins para este mal-estar foi a produção de Filosofias da História. Reflexão típica da modernidade, ela consiste em ser uma interpretação sistemática e racional da história universal cujo objetivo é unificar a dispersão dos acontecimentos para apreender seu sentido último, seu significado essencial para a história da humanidade. Em suma, era estabelecido um *télos*, uma meta para a história humana. Dentre seus propositores mais ilustres podemos destacar Kant, Hegel e Marx.

A situação parece agravar-se quando levamos em conta a história da filosofia praticada na França e cujos princípios foram sistematizados por M. Guérout. Em geral, ela costuma ser escrita por filósofos e abdica de contextualizações histórico-sociais, postulando a autonomia da obra em relação a seu tempo de produção, numa análise “internalista”, imanentista e “des-historicizada”. A história da filosofia é considerada, ela mesma, filosofia (CHARTIER, 1990).

Com efeito, a responsabilidade pelas barreiras que atrapalhavam o diálogo entre História e Filosofia no contexto francês não é apenas dos filósofos e sua História (“des-historicizada”) da Filosofia, pois também os historiadores voltaram as costas à filosofia. Neste sentido, destacamos que uma das marcas da 1ª e 2ª fase da Escola dos *Annales* foi o combate à influência filosófica na historiografia e a apologia à sua aliança com as Ciências Sociais. Este combate se fazia necessário, pois, para a *nouvelle histoire*, as três principais tendências do século XIX

(Historicismo, Marxismo e Positivismo) embora tenham tentado uma ruptura, permaneciam influenciadas pela filosofia<sup>1</sup> (REIS, 2004).

Não obstante, temos observado que a partir da década de 1970 esta difícil, mas fecunda interação entre História e Filosofia tem sido retomada no cenário intelectual francês. Nossa hipótese é que a apropriação dos historiadores das obras de Foucault e Ricoeur teria sido um fator fundamental para que a relação entre História e Filosofia não seja um diálogo de surdos.

### **A revolução de Michel Foucault: Relações de Força.**

Michel Foucault (1926-1984) é um intelectual de difícil categorização. Muitos tentaram enquadrá-lo no estruturalismo tão em voga no cenário francês, alguns o taxaram de pós-estruturalista, outros disseram que ele era a maior expressão da pós-modernidade (HUTCHEON, 1991). Contudo, ele não aceitava estes rótulos, ele foi um “filósofo singular que reivindicava em alto e bom som sua singularidade, rejeitando qualquer rótulo com desprezo, pois era sua constante preocupação desfazer-se de qualquer adesão ou aderência, inclusive a si mesmo” (DOSSE, 2001, p.198). Não esqueçamos de sua célebre frase “Vários como eu, sem dúvida, escrevem para não ter mais um rosto. Não me pergunte quem eu sou, não me diga para permanecer o mesmo” (FOUCAULT, 2009, p.20).

A maioria dos comentadores divide sua obra em três fases, adotando como base critérios metodológicos e cronológicos. Dessa forma, teríamos a *arqueologia* para a investigação do saber, a *genealogia* para a analítica do poder e a *ética* para a pesquisa do sujeito e do cuidado de si.<sup>2</sup> Todavia, um dos principais enganos aos quais esta periodização pode levar é pensar que ao passar de uma fase à outra,

---

<sup>1</sup> O positivismo embora tenha buscado inspiração nas ciências naturais continuou sendo influenciado pela filosofia. O historicismo procurou se afastar tanto das ciências naturais, quanto da filosofia metafísica da história ao destacar a singularidade dos acontecimentos em detrimento de princípios atemporais, mas permaneceu “filosófico” à medida que os eventos só adquiriam sentido quando inseridos em uma totalidade. O marxismo permaneceu uma filosofia da história, e, portanto, é, em certa medida, teleológico. Para mais detalhes ver: (REIS, 2004: p. 37-43)

<sup>2</sup> Embora seja muito utilizada, esta divisão não é consensual e traz suas limitações. Uma delas é que a 3ª fase não traz um método próprio, as análises sobre a ética se valem tanto da arqueologia quanto da genealogia, o que levou alguns autores a falar inclusive numa “arqueogenealogia” (Cf. VEIGA NETO, 2005, p.43).

Foucault abandona completamente as análises anteriores, sem que haja incorporação e interpenetração entre as análises. (VEIGA NETO, 2005)

Passemos agora a examinar de forma mais direta os fatores que levaram este filósofo francês a ser apontado como um autor que revolucionou a escrita da História. Para Veyne, Foucault empreendeu a revolução científica que a historiografia tanto aguardava. Ele é o historiador em estado pleno, o primeiro a ser completamente positivista. Ele recusa a metafísica e desvia o olhar do historiador dos objetos tomados como naturais para as práticas (VEYNE, 1995).

No ano de 1969 Foucault publica uma obra na qual irá se aproximar de maneira singular dos historiadores, sobretudo daqueles vinculados à Escola dos *Annales: A arqueologia do saber*. E é na introdução desta obra que o autor discute sobre temas caros à *nouvelle histoire*. Ele aponta para um cruzamento entre uma modificação na historiografia e outra na chamada história das idéias. Numa clara alusão aos historiadores dos *Annales*<sup>1</sup> ele diz que na historiografia a atenção já não está mais em uma história biográfica, factual e política, mas se volta para os longos períodos, equilíbrios que tendem à estabilidade e dificilmente são rompidos. Destaca também a apropriação de métodos caros às Ciências Sociais. A história tradicional se preocupava com questões do tipo, qual a ligação deve ser estabelecida entre acontecimentos díspares? Qual seu encadeamento necessário? Qual a continuidade que os atravessa? Já a “nova história” se pergunta sobre quais os tipos de série é possível estabelecer, sobre qual o critério destas séries e sobre quais “séries de séries” é possível instaurar (FOUCAULT, 2009). Para Le Roy Ladurie, “a introdução da *Arqueologia do Saber* é a primeira definição da história serial” (LE ROY LADURIE *apud* DOSSE, 2001, p. 213).

Por outro lado, aproximadamente no mesmo período, na história das idéias a atenção se deslocou das unidades contínuas de pensamento para os fenômenos de ruptura. Na epistemologia francesa autores como Koyré e Canguilhem buscaram não se limitar à descrição das invenções dos grandes cientistas numa

---

<sup>1</sup> Em um texto no qual comenta sobre *A arqueologia do saber*, Foucault explicita ainda mais esta alusão: “De fato, hoje em dia, os historiadores – e penso certamente na escola dos *Annales*, Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel – tentam ampliar as periodizações que os historiadores praticam habitualmente. Braudel, por exemplo, chegou a definir uma noção de civilização material que teria uma evolução extremamente lenta: do final da Idade Média ao século XVIII” (FOUCAULT, 2005, p.146).

marcha progressiva ao longo do tempo (MACHADO, 1982). Na teoria da literatura não se analisa mais o “espírito da época” ou a pessoa do autor genial, mas a própria estrutura do texto. A história das idéias multiplica as rupturas em busca da perturbação das continuidades, enquanto a historiografia tenta apagar, ou minorar a irrupção dos acontecimentos com o estabelecimento de estruturas (FOUCAULT, 2009).

Segundo Foucault, embora tenham tomado direções distintas o problema colocado por estas disciplinas é o mesmo: a crítica do documento. A história tradicional procurava descobrir a verdade que estava oculta nos documentos classificando-os como verdadeiros ou falsos. Ela tentava empreender uma reconstituição do passado a partir dos rastros deixados por ele. A proposta era memorizar os monumentos do passado transformando-os em documento. Já a nova história não busca interpretar o documento ou descobrir se ele diz a verdade, mas trabalhá-lo desde o interior. Ela estabelece um corpus, séries de massas documentais, e descreve as relações entre estas séries. Num movimento contrário a história tradicional ela transforma os documentos em monumentos.

“É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças” (FOUCAULT, 2009, p. 7).

Esta discussão ganhou ainda mais força na historiografia a partir do texto de Jacques Le Goff, *Documento/Monumento*. Ele destaca que os historiadores dos *Annales* alargaram o conceito de fonte histórica, outrora restrito apenas aos documentos escritos. Le Goff diz que este movimento levou àquilo que a partir dos anos 1960 ficou conhecido como revolução documental: “em lugar do fato que conduz ao acontecimento e a uma história linear, a uma memória progressiva, ela privilegia o dado que leva à série e a história descontínua.” (LE GOFF, 2003, p. 532) Na esteira de Foucault, Le Goff sublinha que o documento-monumento é o resultado de um esforço de uma sociedade em construir e impor ao futuro determinada imagem acerca de si própria. Na introdução da *Arqueologia do saber* percebemos que o principal alvo das críticas de Foucault é a noção de uma história contínua que utiliza a memória para garantir a soberania da consciência. Para ele “a história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a

garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido.” (FOUCAULT, 2009, p. 14).

Esta mudança no tratamento do documento tem várias conseqüências. Ela possibilitou que a historiografia não mais se limitasse à temporalidade breve, mas concebesse durações mais longas. A noção de descontinuidade assume agora um papel fundamental nas disciplinas históricas. A dispersão dos acontecimentos não é mais vista como algo a ser contornado e preenchido por uma “grande narrativa” que tenta criar entre eles um encadeamento, uma continuidade. A descontinuidade não é mais um obstáculo, algo a ser eliminado da prática historiadora, mas é o resultado de uma operação deliberada pelo historiador (FOUCAULT, 2009).

Após apontar estas modificações podemos compreender melhor o método arqueológico proposto por Michel Foucault para a investigação dos saberes. O autor utiliza deste método visando distinguir suas análises históricas daquelas praticadas pela antiga história das idéias que é definida por ele como uma disciplina que descreve começos, fins e retornos. A análise arqueológica consiste em abandonar esta história das idéias<sup>1</sup> e seus postulados de gênese, continuidade e totalização. Logo de início a arqueologia coloca em suspenso as grandes unidades que atribuíam uma continuidade aos discursos como obra, autor e tema. Não se trata de abandoná-las completamente, mas mostrar que elas não são objetos naturais.

A arqueologia tenta abordar os discursos como práticas que estão submetidas a regras. Ela os trata em seu volume próprio, enquanto monumento, e não enquanto documento, como signo de alguma outra coisa. Os discursos são questionados em sua especificidade. A arqueologia não tenta repetir o que foi dito, ela vê o discurso como uma reescrita que lhe é exterior, uma “transformação regulada” do que foi escrito. (FOUCAULT, 2009) Nesta abordagem do saber não há progresso, não há teleologia, recusa-se às filosofias da história que buscam um sentido último para a história.

“Se trata de um procedimento de escavar verticalmente as camadas descontínuas de discursos já pronunciados, muitas vezes de discursos do

---

<sup>1</sup> “Eu não teria o direito de estar tranquilo enquanto não me separasse da ‘história das idéias’, enquanto não mostrasse em que a análise arqueológica se diferencia de suas prescrições” (FOUCAULT, 2009, p. 154).

passado, a fim de trazer à luz fragmentos de idéias, conceitos, discursos talvez já esquecidos” (VEIGA-NETO, 2005, p. 54).

Esta mudança de olhar, este deslocamento que abandona os objetos tomados como naturais para concentrar-se nas práticas é uma das principais características da revolução historiográfica apontada por Veyne. A descrição arqueológica pretende descrever as práticas em sua positividade, sem pressupor nada, sem presumir que exista um alvo, um objeto natural ou uma causa material. “A prática não é uma instância misteriosa, um subsolo da história, um motor oculto, é o que fazem as pessoas”. (VEYNE, 1995, p.157) Se esta pretensão soa como um discurso positivista, Foucault se diz um “positivista feliz”<sup>1</sup> (FOUCAULT, 2009).

Veyne destaca ainda que na compreensão de Foucault não são os objetos que determinam nossas ações, mas são as nossas práticas que determinam esses objetos. “A relação determina o objeto, (...) o objeto não é senão o correlato de uma prática, não existe antes dela” (VEYNE, 1995, p. 159). Em suma, esta revolução foucaultiana consiste em historicizar tudo, em mostrar que “tudo depende de tudo”.

Segundo Machado a principal questão que a arqueologia pretende responder é “como” os saberes aparecem e se modificam. Nas obras posteriores à *Arqueologia do Saber* a questão que norteia os trabalhos passa a ser “por que” os saberes aparecem, quais as suas condições de possibilidade externa, ou conforme Machado sugere, talvez seja melhor dizer que estas condições são imanentes a eles. (MACHADO, 1984) Para responder a essa pergunta o método de inspiração nietzscheana que Foucault utilizará é a genealogia. O texto que tomaremos como base para delimitar este método será “Nietzsche, a genealogia e a história”.

“A genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos”

---

<sup>1</sup> Esta ironia proposta por Foucault merece um esclarecimento: O que o aproxima do positivismo é a atitude de se aproximar dos fenômenos “sem se apoiar em nenhuma idéia preconcebida e sem buscar nenhuma essência escondida por detrás deles”. (DOMINGUES, 2004, p. 172). Todavia, Foucault não compartilha, e até mesmo se insurge contra, outros dois traços definidores do modelo positivista, a saber, 1) O estabelecimento de nexos causais entre os fenômenos com o intuito de determinar as leis que os governam. 2) Confirmar os nexos causais e comprovar as leis através de testes e experimentos. Para uma discussão mais alentada do paradigma positivista ver: (DOMINGUES, 2004).



(FOUCAULT, 1984, p.15). É com essas palavras que Foucault inicia um de seus textos mais instigantes e provocativos no que diz respeito à Teoria da História. A partir deste texto pretendemos explicitar alguns outros pontos de sua “revolução historiográfica”, como a recusa à metafísica, a dissociação do sujeito e o entrelaçamento entre saber e poder.

A genealogia marca a singularidade dos acontecimentos, os espreita mesmo quando eles são considerados como sem história. Ela exige paciência e minúcia, demanda um grande número de documentos. Ela se insurge contra a pesquisa da origem e das indefinidas teleologias. O genealogista não acredita na metafísica, mas escolhe “escutar a história” e percebe “que atrás das coisas há ‘algo inteiramente diferente’: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência” (FOUCAULT, 1984, p. 17).

O método genealógico não tenta restabelecer uma continuidade que recubra o esquecimento. Pelo contrário, ele não quer servir como uma autenticação para o sujeito e sua identidade garantida pela memória. Ele agita aquilo que parecia imóvel, fragmenta o que se pensava unido, mostra a heterogeneidade daquilo que considerava estar em conformidade consigo mesmo, é a história da contra-memória. Segundo suas palavras: “É preciso livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica” (FOUCAULT, 1984, p. 7) A genealogia opera uma dissociação do Eu, ela não se preocupa com a alma e sua imortalidade, mas com o corpo que é a superfície de inscrição dos acontecimentos. Ela mostra o corpo inteiramente marcado de história, assim como a história arruinando o corpo (FOUCAULT, 1984).

Foucault critica duramente uma história que confere a dispersão do passado uma forma de reconciliação e permite que nos reconheçamos em todas as suas partes. Ele desdenha dos historiadores que na busca do “sentido histórico” se apóiam em noções supra-históricas. Em uma entrevista foi solicitado que Foucault comentasse a seguinte frase de Sartre: “Foucault não tem o sentido da história”. Ele então respondeu: “Esta é uma frase que me encanta! Gostaria que ela fosse colocada como epígrafe de tudo o que faço, pois acredito que é profundamente verdadeira” (FOUCAULT, 2006, p. 97).

A emergência dos acontecimentos mostra que eles são produzidos num jogo de dominações, em conflituosas relações de força. A história efetiva praticada pelo genealogista indica que estas forças que estão em jogo na história não estão submetidas a uma destinação última, mas ao acaso da própria luta. “A historicidade que nos domina é belicosa e não lingüística. Relação de poder, não relação de sentido” (FOUCAULT, 1984, p. 5).

Com efeito, a passagem da arqueologia à genealogia não se dá tão abruptamente que o uso de uma implique na supressão da outra. (NICOLAZZI, 2002). Nenhum dos dois métodos acredita em essências, finalidades metafísicas ou leis gerais. Ambos evidenciam as rupturas e desconfiam das continuidades e totalizações. É verdade, porém, que a arqueologia é aplicada ao saber enquanto a genealogia é utilizada para investigar o poder.

Todavia, em Foucault as esferas do saber e do poder não são incomunicáveis, pelo contrário, eles são duas faces de um mesmo processo. A relação entre ambos fica clara através do conceito de regime de verdade. Nesta compreensão a verdade não é uma essência atemporal que paira acima dos interesses particulares, ela não existe fora do poder. Cada sociedade estabelece quais tipos de discurso ela “faz funcionar como verdadeiros”, quais instâncias irão distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos. Por verdade Foucault entende um conjunto de regimes através dos quais se distingue o verdadeiro do falso, e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder. (FOUCAULT, 1984) “A verdade é uma máscara discursiva construída para a prática da beligerância, impossível de ser arrancada: atrás de uma máscara, outra, e outra, e outra...” (REIS, 2006, p. 169).

### **A revolução de Paul Ricoeur: Relações de sentido**

Dezessete anos após a publicação do texto de Veyne será a vez de Dosse anunciar uma outra revolução na historiografia, novamente empreendida por um filósofo. Com efeito, esta revolução está galgada em outros parâmetros. Logo de início destacamos que a relação que estes filósofos mantêm com a história são distintas. Ao longo de sua trajetória Foucault empreendeu diversas pesquisas históricas nas quais há inclusive investigação documental. Como exemplos

podemos citar as obras *A história da loucura, Vigiar e Punir e História da sexualidade*. Por seu turno, Paul Ricoeur produziu reflexões de cunho teórico acerca da escrita da história que podem ser encaixadas nos quadros da Teoria ou da Filosofia da História<sup>1</sup>. Algo que distingue Ricoeur dos demais filósofos que teorizaram sobre a história é que ele demonstra um substancial conhecimento das obras “clássicas” da historiografia, sobretudo a francesa<sup>2</sup>.

“Aqui não compete ao filósofo dar lições ao historiador; é sempre o próprio exercício de um mister científico que instrui o filósofo. É-nos, pois, necessário ouvir em primeiro lugar o historiador, enquanto reflete sobre seu mister.(...)” (RICOEUR, 1968, p. 25)

Paul Ricoeur (1913-2005) foi um longo vivo filósofo com uma vasta obra que atravessou o século XX e adentrou o início do XXI. Seu primeiro livro, publicado em 1947, foi escrito em parceria com Mikel Dufrenne e versava sobre *Karl Jaspers e a Filosofia da existência*. Sua última obra, *Percursos do reconhecimento*, data de 2004 perfazendo uma trajetória de 57 anos de trajetória intelectual.

No que tange a periodização da obra ricoeuriana, acreditamos que um caminho interessante seja a divisão em duas grandes fases<sup>3</sup> sugerida pelo próprio autor em uma entrevista (OLIVEIRA, 1990): A 1ª seria a fase pré-hermenêutica na qual se destaca sua tentativa em empreender uma filosofia da vontade baseada na abordagem fenomenológica. A 2ª seria a fase hermenêutica na qual se inserem suas investigações sobre a psicanálise, a metáfora, a narrativa, a identidade, o justo, e a memória. É possível sistematizar melhor esta proposta de divisão

---

<sup>1</sup> O termo Filosofia da História não é tomado aqui no sentido já mencionado acima, no qual ele é uma interpretação sistemática da história universal em busca de seu sentido essencial. Propomos que ele seja aqui entendido como uma reflexão filosófica, epistemológica, sobre questões do conhecimento histórico.

<sup>2</sup> Neste sentido, não poderíamos deixar de mencionar sua original interpretação no primeiro tomo de *Tempo e Narrativa* da obra de Braudel *O mediterrâneo* quando ele sustenta que mesmo aquele que mais pretendeu afastar a narrativa de sua pesquisa acabou por tecer uma trama na qual transformou o mar mediterrâneo em um quase-personagem. (RICOEUR, 2010, v1)

<sup>3</sup> Repete-se aqui o mesmo risco apontado quando discutíamos a periodização da obra de Foucault: pensar que na passagem de uma fase à outra os procedimentos são completamente abandonados para que se inicie uma outra etapa. No caso de Ricoeur isto se torna ainda mais claro quando ele diz em um artigo: “Para lá da simples oposição, há entre fenomenologia e hermenêutica uma pertença mútua, (...) a fenomenologia permanece o inultrapassável pressuposto da hermenêutica. Por outro lado, a própria fenomenologia não se pode constituir sem um pressuposto hermenêutico.” (RICOEUR, S/D, p. 50). As implicações desta pertença mútua foram amplamente discutidas no texto *Fenomenologia e Hermenêutica: no rastro de Husserl*, incluído na coletânea *Do texto à ação*.

decompondo a 2ª fase em hermenêutica dos símbolos, hermenêutica do texto, da ação e do si. (CUNHA, 2008).

O diálogo de Ricoeur com a historiografia<sup>1</sup> remonta a uma obra publicada no ano de 1955: *História e Verdade*. Um dos pontos da revolução historiográfica apontada por Dosse já está presente nesta obra, e diz respeito à relação entre objetividade e subjetividade no conhecimento histórico, uma das questões mais polêmicas da Teoria da História. Ricoeur afirma que a história utiliza uma epistemologia mista e que se espera dela um determinado tipo de objetividade. Certamente, não uma objetividade como a das ciências físicas e biológicas, pois há tantos níveis de objetividade quantos procedimentos metódicos. A objetividade em história é uma objetividade específica, histórica, que demanda a subjetividade do historiador<sup>2</sup> (RICOEUR, 1968).

A obra de Marc Bloch *Apologia da história: ou o ofício do historiador* é mencionada por Ricoeur como o seu ponto de partida nestas reflexões. De Bloch ele sublinha a definição da observação histórica como um “conhecimento por vestígios” e também faz referência a definição de história como ciência dos homens no tempo (BLOCH, 2001). A objetividade em história não significa reviver o passado “tal qual ele ocorreu”, numa coincidência plena entre o texto do historiador e seu referente. Ela não se limita à crítica documental como poderia julgar o positivismo (RICOEUR, 1968).

Em comparação com a que é avistada pelas demais ciências, a objetividade histórica é incompleta. Ricoeur aponta alguns traços que caracterizam esta incompletude: 1) O historiador realiza uma escolha do objeto de análise, ele atribui um “juízo de importância” através do qual seleciona os acontecimentos que são considerados como importantes. 2) É o historiador que define os nexos de causalidade entre os eventos. 3) A “distância histórica” em relação ao objeto faz

---

<sup>1</sup> *A memória, a história, o esquecimento* [2000] é uma obra que traz importantes reflexões no que tange a este diálogo. Entretanto, não a abordaremos, pois ela foi publicada posteriormente ao texto de Dosse *Paul Ricoeur revoluciona a história*, e nosso propósito é examinar quais os pontos da revolução ricoeuriana apontada pelo historiador francês neste texto.

<sup>2</sup> Bédarrida nos lembra que este posicionamento de Ricoeur é um alerta contra aqueles que, influenciados pela onda estruturalista em voga na França no contexto de publicação da obra (anos 1950), direcionavam a história para pesquisa de estruturas, forças, instituições, deixando de lado os homens, os valores humanos, e a subjetividade do historiador. Esta escolha era guiada por uma pretensão à cientificidade. (BÉDARRIDA, 2001).

com que o historiador tenha como tarefa “dar nome àquilo que mudou” aquilo que não é mais. A linguagem histórica nunca coincide completamente com a do passado; o historiador utiliza de uma imaginação temporal, na medida em que ele transporta-se para a época que estuda, tornando-a presente. 4) O objetivo da história é compreender e explicar os homens. A história promove um diálogo, um encontro entre os homens do presente e os de outrora. Ela mostra que ambos pertencem à mesma subjetividade, a mesma humanidade. A história é “submissão ao inesperado”, abertura ao outro (RICOEUR, 1968; REIS, 2006 e DOSSE, 2001).

A subjetividade do historiador não dissolve a objetividade histórica, antes é seu correlato. Com efeito, não é uma subjetividade qualquer que é colocada em cena. Ela não se refere às motivações, paixões e preconceitos de um sujeito puramente empírico e psicológico. O objetivo do historiador não é julgar os homens de outrora a partir dos valores atuais, num imperdoável anacronismo, mas compreendê-los, nos lembra Marc Bloch. “A subjetividade de historiador, como toda subjetividade científica, representa a vitória de uma boa subjetividade sobre uma má subjetividade” (RICOEUR, 1968, p. 33).

Outro ponto da revolução historiográfica de Ricoeur destacada por Dosse diz respeito ao método: “A história é uma hermenêutica”. Ricoeur é dos poucos autores franceses a se aventurar nesta seara repleta de filósofos alemães. Tradicionalmente, a hermenêutica é definida como a arte de interpretar textos. A princípio, ela era aplicada à interpretação de distintos gêneros textuais: bíblicos, jurídicos, provenientes da Antigüidade greco-latina. A partir de Schleiermacher (1768-1834) ela tem seus horizontes expandidos, busca-se lançar as bases para uma hermenêutica geral. Este autor desloca o trabalho da interpretação do objeto para o sujeito. A hermenêutica deixaria de ser determinada pela natureza heterogênea dos objetos aos quais ela se dirige (diversos tipos de textos) para ser marcada pela estrutura do sujeito ou espírito em sua unidade. Schleiermacher ambicionava fixar regras gerais de interpretação que fossem aplicáveis a todos os campos. É deste autor o famoso adágio, “há hermenêutica, onde houver não compreensão” e também a romântica ambição de, superando a distância cultural, “compreender um autor tão bem, e mesmo melhor do que ele mesmo se compreendeu” (SCHLEIERMACHER *apud* RICOEUR, 2008, p. 27). Em réplica ao

positivismo, Dilthey utilizará a hermenêutica na sua busca de fundamentação epistemológica e metodológica das ciências do espírito em face das ciências da natureza.

Segundo Dosse, entre 1950 e 1975 o paradigma predominante em ciências humanas foi o estruturalista que tomava como disciplina-modelo a lingüística (DOSSE, 2001). Em linhas gerais, este modelo se caracterizava por um distanciamento das pesquisas diacrônicas de fenômenos isolados, para se concentrar em sistemas de conjunto, estruturas<sup>1</sup>, abordadas pela sincronia. Um aspecto que se mostra comum a todos os estruturalismos, diz Piaget, é uma esperança de inteligibilidade fundada na crença de que uma estrutura se basta a si mesma, não precisa recorrer a elementos externos para sua explicação (PIAGET, 1970).

Contudo a partir da década de 1980 a noção de historicidade passa a se impor sobre a de estrutura, agora, diz Dosse, o paradigma é interpretativo, hermenêutico: “Essa nova orientação implica levar a sério a ‘guinada lingüística’ e dar grande atenção aos discursos sobre a ação, à narração, à transformação das ações em ‘enredo’, mas sem fechar-se na discursividade” (DOSSE, 2001, p. 43).

Destacamos que Ricoeur contribuiu de forma significativa para este novo paradigma. Sua hermenêutica dialoga com o estruturalismo, mas dá um passo adiante na discussão, na medida em que, não está restrita ao campo do discurso, mas vai do “texto à ação”. O filósofo francês questiona a tentativa de supressão do tempo nas abordagens estruturalistas, assim como a sujeição da diacronia à sincronia que dificultaria a compreensão das mudanças de significados dos símbolos. Ele questiona ainda a anulação do sujeito em nome da objetividade da estrutura (RICOEUR, 1978, PELLAUER, 2009).

Tomaremos como base para discussão destes pontos seu ensaio “O que é um texto?”. Nesta concepção, texto é a fixação ou substituição do discurso oral pela escrita. Esta noção de texto demanda uma nova abordagem da dualidade proposta por Dilthey entre a explicação (a princípio limitada às ciências da natureza) e a

---

<sup>1</sup> “Uma estrutura é um sistema de transformações que comporta leis enquanto sistema (...) e que se conserva ou se enriquece pelo próprio jogo de suas transformações, sem que estas conduzam para fora de suas fronteiras ou façam apelo a elementos exteriores. (...) Uma estrutura compreende os caracteres de totalidade, de transformações e de auto regulação.” (PIAGET, 1970, p. 8).

compreensão (a princípio restrita às ciências do espírito). A proposta ricoeuriana é que entre ambas a relação não seja antinômica, mas de complementaridade e reciprocidade.

Ele aponta para duas vias possíveis de análise dos textos: 1) A explicação estrutural que suspende tanto o referente externo como a figura do autor e se concentra em suas relações internas, suas estruturas. 2) Abordagem interpretativa que não toma o texto como uma estrutura fechada em si mesma, mas o restitui ao diálogo, à comunicação viva. Segundo Ricoeur, a explicação estrutural não apenas é possível como é legítima. Ao tratar o texto em suas estruturas internas, a lingüística mostra como a própria linguagem utiliza a noção de explicação sem recorrer a modelos epistemológicos das ciências da natureza. Já a via interpretativa abre espaço para a significação, para os sentidos, para que seja encadeado um discurso novo no discurso do texto, já que ele não está fechado em si mesmo. Nela o leitor apropria-se do texto e compreende melhor a si mesmo. A compreensão de si passa pelo caminho da compreensão dos signos de cultura. Este processo ocorre no momento da leitura quando o texto sai de seu “quase-mundo” sem sujeito e retorna ao mundo da ação, ao mundo da vida, onde o sujeito é o leitor. (RICOEUR, S/D)

A reconciliação entre as duas atitudes possíveis perante um texto (explicação e compreensão) será arrematada em *Tempo e Narrativa* [1983-1985] na noção de círculo hermenêutico. Aliás, nesta obra publicada em 3 volumes podemos destacar diversas contribuições do autor a importantes debates da historiografia contemporânea<sup>1</sup>. A começar pela tese central, apresentada nas primeiras páginas do livro: “O tempo se torna tempo humano na medida em que está articulado de maneira narrativa; em contraposição, a narrativa é significativa na medida em que desenha os traços da experiência temporal.” (RICOEUR, 2010, v1, p. 9). A argumentação será alicerçada nas reflexões de Santo Agostinho sobre o tempo, e nas de Aristóteles sobre a intriga.

---

<sup>1</sup> Somados, os 3 tomos da obra ultrapassam as mil páginas. Os limites do presente texto nos levaram a apresentar as teses sobre questões da historiografia contidas na trilogia de forma um tanto quanto esquemática, todavia, em outro texto, as discutimos com mais vagar e as comparamos com o posicionamento de outros autores. (Cf. MENDES, 2010).

Santo Agostinho discorre sobre um tempo interior, que se passa na alma e é quase indizível, inenarrável. Já Aristóteles ao abordar a tessitura do enredo reflete sobre a trama poética sem pretender falar do tempo. Ricoeur irá desfazer o antagonismo entre ambas as proposições para conciliá-las através da tripla mimesis, ou círculo hermenêutico, que estabelece uma circularidade entre tempo e narrativa. O círculo tem início em M1 na prefiguração do campo da experiência. Os símbolos e a linguagem conferem inteligibilidade a esta vivência de tal forma que para Ricoeur elas já são um quase-texto. Em M2 esse campo é configurado por um enredo. Entra-se no mundo do texto. Neste momento o autor dá forma à experiência vivida em M1, ele urde um enredo com início meio e fim, organiza uma síntese do heterogêneo. Em M3 o vivido é refigurado novamente no campo da experiência. É o momento da leitura, no qual pela interpretação, pela apropriação da narrativa o leitor tem sua experiência modificada. O texto emerge de uma experiência, é configurado numa trama, mas retorna ao mundo da ação, da experiência no processo de leitura. <sup>1</sup> (RICOEUR, 2010, v1)

Além desta tese central, destacamos que em *Tempo e Narrativa* existem outras discussões que podem ser incluídas na chamada revolução ricoeuriana. Uma delas diz respeito ao tempo histórico. Ricoeur desfaz mais uma oposição, desta vez a que confrontava o tempo da consciência, que se passa no interior do homem, abordado principalmente por filósofos e o tempo da natureza, exterior ao homem, estudado, sobretudo, por físicos. Sua posição é a de que o tempo histórico é um terceiro tempo que inscreve “o que passa no que não passa, o irreversível no reversível, mudanças da vida sub lunar nos movimentos supralunares” (REIS, 2006, p.183). Para fazer esta inscrição a operação historiográfica utiliza de 3 conectores que ligam o tempo da consciência ao da natureza sem se reduzir a nenhum deles: 1)O calendário. 2)Seqüência de gerações. 3) Arquivos, documentos e rastros. (RICOEUR, 2010, v3)

Com efeito, o posicionamento de Ricoeur que obteve maior visibilidade entre os historiadores diz respeito à ligação entre história, narrativa e ficção. O

---

<sup>1</sup> O círculo hermenêutico também sistematiza a ambição de Ricoeur de construir um processo de interpretação no qual explicação e compreensão não fossem opostas, mas complementares. Para tanto ele não despreza a explicação estrutural do texto que se concentra em M2, mas não abre mão do seu retorno ao mundo da ação (M3) onde haveria sua compreensão, sua apropriação pelo leitor.



historiador estadunidense Hayden White destacou-se neste debate por suas importantes e polêmicas considerações. Segundo White, as narrativas históricas são “ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com seus correspondentes nas ciências” (WHITE, 1994; p. 98). As obras de história não apreendem um mundo exterior (o passado) porque o próprio real é produzido pela linguagem, pelo discurso (WHITE, 1994). Ricoeur reconhece a importância do raciocínio de White que coloca em primeiro plano a questão da urdidura do enredo na historiografia. Contudo, seu argumento seguirá em uma outra direção.

Para Ricoeur há um vínculo indireto entre a historiografia e a narrativa, que não diminui sua cientificidade, pois, como vimos acima, ele não opõe explicação à compreensão e sustenta que “narrar já é explicar, narrar mais é compreender melhor”. Ele defende a existência de um entrecruzamento entre história e ficção no ato da leitura, que, todavia, não impede o estabelecimento de distinções entre ambas. Ricoeur lembra que embora utilize a imaginação, a historiografia sofre uma limitação externa, concernente aos documentos, aos rastros que as experiências vividas deixaram no tempo: o historiador tem uma dívida com os “vivos antigos”. A historiografia utiliza os 3 conectores citados acima para inscrever o tempo da consciência no da natureza enquanto a narrativa ficcional explora fecundamente as falhas, os desníveis entre estes tempos (RICOEUR, 2010, v3).

### **Balanço das revoluções**

Após termos realizado este panorama sobre os principais aspectos que levaram os historiadores a apontar Foucault e Ricoeur como filósofos que revolucionaram a história da historiografia é razoável que façamos uma breve comparação entre ambas as revoluções

Parece-nos que a revolução de Foucault, abordada por Veyne, caracterizada pela descontinuidade presente tanto na arqueologia, quanto na genealogia, aponta para aquele uso do conceito de revolução que implica uma ruptura com o passado para que seja dado um novo começo, seja iniciado um novo tempo no qual a história estaria aberta a ações extraordinárias. (ARENDR, 1988)

Por outro lado, Dosse afirma que a revolução de Ricoeur por ele descrita não remete a idéia de ruptura e descontinuidade, mas à concepção de revolução que indica “retorno para”<sup>1</sup> um “estender-se sobre o passado a partir do presente” (DOSSE, 2001) Com efeito, embora a proposta de Ricoeur não consista numa ruptura com o passado e com a tradição, tampouco ela quer indicar um mero retorno.

Quando questionado em uma entrevista se propunha um retorno à metafísica Ricoeur disse: “Se há uma palavra que eu recuso é a palavra ‘retorno’. Eu digo ‘continuação’” (OLIVEIRA, 1990). E essa continuação pode dialogar, e de certa forma incluir, autores que desferiram severas críticas a consciência histórica ocidental como Marx, Nietzsche, Freud e... Foucault!

Em suas reflexões sobre a história Ricoeur não deixa de fazer menção a obra de Foucault<sup>2</sup>. No último capítulo de *Tempo e narrativa* ele analisa algumas proposições da *Arqueologia do Saber*. O que Ricoeur questiona em Foucault é associação que ele faz de uma visão “continuísta da memória às pretensões de uma consciência constituinte” Segundo Ricoeur, defender a noção de memória histórica não implica fazer da história um abrigo para a soberania da consciência e do sujeito, como afirmara Foucault. Ademais, Ricoeur não evita o descentramento do sujeito realizado pelos “mestres da suspeita” Marx, Nietzsche e Freud. Em suma, ele não oferece um sujeito cuja consciência é totalmente transparente, um cogito que é soberano de si mesmo, que controla plenamente seu sentido. Não há nem sujeito exaltado (Descartes), nem sujeito humilhado (Nietzsche), mas, um cogito ferido. Em lugar de uma reflexão imediata da consciência sobre si mesma, ou de uma ausência de reflexão, o caminho que se abre é de uma via longa, uma hermenêutica do si que para compreender-se passa pelo desvio necessário da percepção do outro e também dos signos da cultura. (RICOEUR, 1991 e 2010, v3; GAGNEBIN, 1997).

Então o que Ricoeur pretende não é um retorno às filosofias do sujeito, à reflexão total da consciência sobre si, tão duramente criticadas por Foucault.

---

<sup>1</sup> Segundo Arendt, que é citada por Dosse, estava ausente tanto da Revolução americana quanto da francesa, a princípio, a idéia de inovação e novidade. “Eles alegavam, com toda sinceridade, que desejavam o retorno dos velhos tempos em que as coisas eram como deviam ser.” (ARENDR, 1988: p. 35)

<sup>2</sup> Ricoeur também analisa as posições de Foucault em *A memória, a história, o esquecimento* [2000].

Tampouco, ele faz apologia da dispersão, da ausência de sujeito e de reflexão sobre si. Se os modernos esforçaram-se para construir um sólido edifício para o sujeito e a Razão, e os pós-modernos afirmavam que era preciso desconstruir tudo isso, a tarefa proposta por Ricoeur distingue-se de ambas: ele recolhe os cacos da consciência histórica ocidental, mas não para reconstituí-la da maneira como era originalmente. Com suas mediações imperfeitas, suas proposições de sentido parciais, que levam em conta as críticas desconstrucionistas ele anseia um mundo habitável, onde seja possível viver-junto com o outro.

Destacamos acima as referências de Ricoeur à filosofia foucaultiana. Na obra de Foucault, todavia, as referências à Ricoeur são exíguas. Segundo o levantamento feito por Castonguay há apenas 3 menções nos *Ditos e escritos* foucaultianos: 1) Uma breve menção à uma sessão de debates, a qual se seguiu uma conferência de Canguilhem sobre a língua filosófica, na qual tanto Foucault quanto Ricoeur participaram e discutiram. 2) Uma referência à passagem da fenomenologia rumo ao estruturalismo no contexto filosófico francês<sup>1</sup>. 3) Uma alusão no que diz respeito à origem histórica da consciência e da culpabilidade (Ricoeur consagrou uma obra a este tema: *Finitude e culpabilidade*). O autor conclui este rol de referências de forma categórica: “As outras obras de Foucault ignoram sistematicamente a obra de Ricoeur<sup>2</sup>”. (CASTONGUAY, 2010, p.83).

Um breve olhar sobre as principais correntes da historiografia contemporânea nos indica que houve um “retorno” do diálogo entre História e Filosofia. Aliás, “retornaram” também o político e a narrativa que outrora foram preteridos pelas duas primeiras gerações dos *Annales*. O debate teórico sobre o “retorno” da narrativa tem em *Tempo e narrativa* de Ricoeur uma importante contribuição que vem sendo lida e debatida entre os historiadores. À época de sua

---

<sup>1</sup> Esta menção é breve e superficial. Ela aparece em uma entrevista intitulada *Estruturalismo e Pós-estruturalismo*. O assunto tratado é o cenário filosófico francês. O nome de Ricoeur é lembrado quando Foucault comenta sobre a relação entre as diversas correntes filosóficas francesas, o freudo-marxismo, a fenomenologia e o marxismo: “Ricoeur, que não era marxista, certamente, mas que era fenomenologista e estava longe de ignorar o marxismo;” (FOUCAULT, 2005, p. 310).

<sup>2</sup> Um indício da pertinência de uma abordagem comparativa entre Foucault e Ricoeur é a presença de dois artigos sobre o tema no primeiro número da recém lançada revista *Études Ricoeuriennes/Ricoeur Studies*. Além do texto de Castonguay que mencionamos há também *Herméneutiques croisées: conversation imaginaire entre Ricoeur et Foucault* - Annie Barthélémy. Nenhum dos dois, contudo, se propõe a analisar o impacto dos autores na história da historiografia.

publicação, Chartier chega a classificá-lo como “o mais importante publicado sobre história nos últimos dez anos”. (CHARTIER *apud* DOSSE, 2001, p. 74).

Segundo Stone, a volta da narrativa se deve ao enfraquecimento das abordagens econômicas, demográficas e estruturais. (STONE, 1991). Poderíamos dizer ainda, que diretamente relacionado a este enfraquecimento, e ao renascimento da narrativa, está a renovação da História Política. Durante algum tempo esta tendência foi rotulada como factual, elitista, biográfica, cuja metodologia era uma narrativa linear dos feitos dos “grandes heróis” (JULLIARD, 1988). Todavia, em sua renovação, há um alargamento do conceito de político. Este não possui mais fronteiras fixas, e, de modo algum se restringe a esfera estatal ou das “elites”, mas, está relacionado às mais distintas áreas da vida coletiva (RÉMOND, 1996). Esta compreensão de político e de poder, ou melhor dizendo, dos poderes, aponta para mais um diálogo dos historiadores com a filosofia, desta vez com Michel Foucault. Para ele os poderes são exercidos nos diversos níveis da rede social. A existência destes micro-poderes pode estar, ou não, integrada ao Estado. “As transformações ao nível capilar, minúsculo, do poder não estão necessariamente ligadas às mudanças ocorridas no âmbito do Estado<sup>1</sup>” (MACHADO, 1984, p. XII).

“A historiografia política passou a enfocar, nos anos 70, a *Microfísica do poder*, na realidade as infinitas astúcias dos poderes em lugares históricos pouco conhecidos dos historiadores — família, escola, asilos, prisões, hospitais, hospícios, polícia, oficinas, fábricas etc.; em suma, no cotidiano de cada indivíduo ou grupo social.” (FALCON, 1997, p.118).

Poderíamos por em questão se “retorno” é o melhor termo para a nova relação que a historiografia tem mantido com a filosofia, a narrativa e a política. O diálogo com os filósofos já não se dá sob o prisma da Filosofia da História, que buscava um sentido último para os acontecimentos baseado em algum princípio atemporal. A narrativa histórica está longe daquela metodologia descritiva e linear combatida pelas primeiras gerações dos *Annales*<sup>2</sup>. E a política não se resume mais a

---

<sup>1</sup> Segundo Roberto Machado, a proposta de Foucault não é minimizar o papel do Estado nas relações de poder existentes na sociedade, mas se insurgir contra duas idéias: 1) A de que o Estado seria o órgão único e central de poder. 2) A de que as redes de poderes existentes nas sociedades modernas seriam uma mera extensão do poder que emana do Estado. (MACHADO, 1984).

<sup>2</sup> É pertinente lembrar que Ricoeur se posiciona contra a expressão “retorno” da narrativa. Segundo ele, existe entre a história e a narrativa um vínculo oculto, indireto. Durante um período do século

biografia dos heróis nacionais. Estes argumentos nos autorizam concluir que não houve um “retorno”, mas uma renovação, uma nova configuração entre a História, a Filosofia, a narrativa e a política.

### Considerações finais

Antes de terminar nossa exposição apontaremos um traço que seria comum às revoluções apontadas por Veyne e Dosse nas obras de Foucault e Ricoeur. Ambos sublinham a importância do conceito de *relação* para a Teoria da História<sup>1</sup>. Como já mostramos acima, Veyne escreve que a revolução foucaultiana está fundada no primado da relação, na convicção de que não são os objetos que determinam nossas ações, mas são as nossas práticas que determinam esses objetos. “A relação determina o objeto”. Em Foucault tudo é historicizado, “tudo depende de tudo”, tudo está relacionado a tudo. Por outro lado, Dosse escreve que a revolução ricoeuriana é marcada por seu método de “mediações imperfeitas” que desfaz os antagonismos entre as posições conflitantes, sem, contudo, tentar dar uma resposta final às questões e apagar as aporias. Longe disso, Ricoeur anseia fazê-las trabalhar de forma frutífera. Aliás, acreditamos que o conceito de *relação* é tão importante para estes autores que o utilizamos para dar título ao nosso texto e também para apontar a principal característica de suas reflexões sobre a historiografia: relações de força, no caso de Foucault e relações de sentido, no de Ricoeur.

Retomando nossa hipótese, acreditamos que as obras de Foucault e Ricoeur deram uma contribuição significativa para uma nova configuração do diálogo entre filósofos e historiadores. Um ponto decisivo para isto, como já abordamos acima, é

---

XX, o que teria ocorrido, não foi uma separação total entre história e narrativa, mas, aquilo que ele chamou de “eclipse da narrativa”, pois, mesmo aquele que se pretendeu mais estrutural e menos narrativo (Braudel), não deixou de narrar uma história. (RICOEUR 2010, v1) Em outras palavras, para Ricoeur, embora a narrativa permanecesse na prática historiográfica, ela foi, em parte ocultada, eclipsada. Concluimos esta nota com uma provocação: Acaso pode alguma coisa retornar, sem jamais haver partido?

<sup>1</sup> Esta idéia nos foi sugerida pelo texto de Quadros que discute sobre a possibilidade de outro filósofo francês, Jacques Derrida, ter revolucionado a história da historiografia: “Tanto Foucault quanto Ricoeur, relidos respectivamente por Veyne e Dosse, tratam do saber histórico a partir de uma *relacionalidade fundante*. Seus textos abordam o “primado das relações” e as “mediações””. (QUADROS, 2009, p. 7).

que nenhum dos dois autores propõe uma Filosofia da história que busca um sentido último para os acontecimentos a partir de um princípio atemporal. Neste sentido, é importante que não se perca do horizonte as peculiaridades de cada campo do conhecimento. Malgrado alguns classifiquem Foucault como historiador<sup>1</sup>, sublinhamos que tanto as suas reflexões como as de Ricoeur sobre a historiografia são feitas sempre a partir do campo filosófico. Concordamos com o caminho indicado por Lucien Febvre:

“Dois espíritos, bem entendido: o filosófico e o histórico. Dois espíritos irreduzíveis. Mas não se trata de reduzi-los um ao outro. Trata-se de fazer com que, permanecendo um e outro em suas posições, eles não ignorem o vizinho ao ponto de lhe permanecer hostil ou estranho”.  
(FEBVRE *apud* REIS, 2004, p. 133)

Não gostaríamos de concluir este texto defendendo que a revolução de Ricoeur é superior a de Foucault ou vice-versa. Acreditamos que aquilo que é o “ponto-fraco” das análises de um filósofo será justamente o “ponto-forte” das pesquisas do outro. Se em Foucault parece que quase-tudo é reduzido a relações de força e há pouco espaço para a proposição de sentido, em Ricoeur ocorre o contrário, há uma ênfase nas relações de sentido e pouco espaço para os conflitos de poder. Mais do que escolher a um e renunciar ao outro, a fortuna do historiador é poder se apropriar dos dois autores, das duas revoluções, pois seu objeto de estudo, a passagem dos homens no tempo, não é vivida somente por meio de relações de força, ou apenas pelas relações de sentido. Caberia a historiografia então a tarefa de mostrar que a historicidade humana é ambígua, na qual coexistem tanto a beligerância pelo poder quanto as atribuições de sentido.

**Recebido em: 20/05/2011**

**Aceito em: 27/06/2011**

---

<sup>1</sup> Não deixa de ser curioso uma certa “recepção cruzada” da obra foucaultiana: filósofos dizem que os livros do francês são obras de história, enquanto historiadores afirmam que são textos filosóficos. O próprio Foucault não se decidia claramente a este respeito, definindo-se ora como historiador, ora como filósofo. Muchail aponta para uma perspectiva pertinente ao dizer que Foucault pensa filosoficamente ao praticar suas investigações históricas, o que fica claro no trecho a seguir: “Meus livros não são tratados de filosofia nem estudos históricos; no máximo, são fragmentos filosóficos em canteiros históricos.” (FOUCAULT *apud* MUCHAIL, 2004).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática; Brasília: Ed. UNB, 1988.
- BARTHÉLÉMY, Annie. Herméneutiques croisées: conversation imaginaire entre Foucault e Ricoeur. *Études Ricoueriennes/ Ricoeur studies*. Vol 1, N° 1, pp. 55-67. 2010.
- BÉDARRIDA, François. Une invitation à penser l'histoire: Paul Ricoeur, La memoire, l'histoire et l'oubli. *Revue Historique*. N° 619, pp. 731-739, 2001.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales 1929-1989. A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- CASTONGUAY, Simon. Michel Foucault et Paul Ricoeur: vers un dialogue possible. *Études Ricoueriennes/ Ricoeur studies*. Vol 1, N° 1, PP 68-86. 2010.
- CUNHA, Wanderley Martins da. *A articulação entre poética e práxis no pensamento de Paul Ricoeur: Um estudo sobre o estatuto da imaginação na hermenêutica do texto, da ação e do si*. Dissertação de mestrado em Filosofia. UFMG: 2008.
- DOMINGUES, Ivan. *Epistemologia das Ciências Humanas. Tomo 1: Positivismo e Hermenêutica. Durkheim e Weber*. São Paulo: Edições Loyola: 2004.
- DOSSE, François. *A história à prova do tempo. Da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- FALCON, Francisco. História e poder. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FOUCAULT, Michel *A arqueologia do saber*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FOUCAULT, Michel. DROIT, Roger-Pol. *Michel Foucault: entrevistas*. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos & escritos II. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2005.
- FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder; Nietzsche, a genealogia e a história. In: *Microfísica do Poder*. 4ª edição Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Uma filosofia do cogito ferido: Paul Ricoeur. *Estudos Avançados*, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da USP, vol 11, n.30, pp. 261-272, maio/agosto, 1997.

- HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago editora, 1991.
- JULLIARD, Jacques. A política, in LE GOFF, J. & NORA, P. (org.) *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 9ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e Memória*. 5ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- MACHADO, Roberto. Introdução: Por uma genealogia do poder. In *Microfísica do Poder*. 4ª edição Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber. A trajetória da Arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MENDES, Breno. Uma (imperfeita) mediação entre extremos. Um panorama sobre as contribuições de Paul Ricoeur à Teoria da História em Tempo e Narrativa. *História e-História*. V1, pp. 1-23. 2010.
- MUCHAIL, Salma Tannus. *Foucault, simplesmente*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- NICOLAZZI, Fernando Felizardo. As histórias de Michel Foucault. *Klepsidra*. v. 2, n. 12, 2002.
- OLIVEIRA, Carlos. De la volonté à l'acte. Un entretien de Paul Ricoeur avec Carlos Oliveira. In BOUCHINDHOMME, Christian e ROCHLITZ, Rainer. (orgs) *Temps et récit de Paul Ricoeur en débat*. Paris, Cerf :1990.
- PELLAUER, David. *Compreender Ricoeur*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- PIAGET, Jean. *O estruturalismo*. 3ª edição. São Paulo: Difel, 1979.
- QUADROS, Eduardo Gusmão de. Derrida revoluciona a história? *Fênix. Revista de História e Estudos Culturais*. V6, pp. 1-19. 2009.
- REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- REIS, José Carlos. *História & Teoria. Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- RÉMOND, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- RICOEUR, Paul. *História e verdade*. Rio de Janeiro, Forense universitária, 1968.



RICOEUR, Paul. *Do texto à acção. Ensaios de hermenêutica II*. Porto: Rés-editora, S/D.

RICOEUR, Paul. *O si mesmo como um outro*. Campinas: Papyrus, 1991.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. 3v. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

RICOEUR, Paul. *Hermenêutica e ideologias*. Petrópolis: Vozes, 2008.

RICOEUR, Paul. *O conflito das interpretações. Ensaios de hermenêutica*. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

STONE, Lawrence. *O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma nova velha história*. *Revista de História*, nº 2/3. IFCH, Unicamp, 1991.

VEIGA NETO, Alfredo. *Foucault e a educação*. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história*. 3ª edição. Brasília: Ed. UNB, 1995.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*. São Paulo: Edusp, 1994.